

Rogério, nós te admiramos. Parabéns pela sua caminhada e que você continue incentivando, criando e formando novos cidadãos de bem que terão os passos confirmados também pelo Senhor”. Um boa-noite a todos, que Deus abençoe o Guarujá, a família Adélia e essa família, que a gente tanto ama e tem carinho por vocês. Boa noite a todos e a todos.

Bom, esgotado o objeto da presente sessão, a Presidência agradece às autoridades, à minha equipe, aos funcionários de Som, de Taquigrafia, de Atas, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da Imprensa da Casa, da TV Legislativa, e das assessorias policiais Civil e Militar, bem como a todos que, com as suas presenças, colaboraram para o êxito desta sessão. Antes de dar por encerrada a sessão, eu gostaria que Ivone, que estava conduzindo e ajudando com o cerimonial, entregasse essas flores para a esposa do homenageado, a Dagmar.

- É feita a homenagem.

O SR. PRESIDENTE - PAULO CORREA JR - PATRIOTA - Maranhila. Bom, nós convidamos... A família, na verdade, convida a todos para um coquetel aqui na Sala dos Espelhos, onde é a porta principal da entrada para este plenário, para um coquetel aqui que será servido logo após a sessã.

Então, declaro encerrada a sessão solene.

- É encerrada a sessão às 20 horas e 23 minutos.

11 DE SETEMBRO DE 2019 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e LECI BRANDÃO
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CORONEL TELHADA</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão. Cumprimenta a deputada Leci Brandão pelo seu aniversário, a ser comemorado amanhã e o deputado Delegado Olim pelo seu aniversário hoje. Registra a presença de Ronaldo Gasparelo, prefeito de Torrinha, de vereadores e vereadores jovens desta cidade, a convite do deputado Fernando Cury; do pastor Walter, da Igreja do Evangelho Quadrangular de Tupã, do vereador Eliézer de Carvalho, da mesma cidade, de Edson Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Parapuã e do vereador Jurandir Coelho, de Bastos, todos a convite do deputado Carlos Cezar.</p> <p>2 - CASTELLO BRANCO</p> <p>Discorre sobre reportagem de hoje, no "O Estado de S. Paulo", sobre a ampliação do sistema aeroviário em São Paulo. Menciona estudo, realizado no primeiro semestre, sobre a renúncia fiscal de ICMS. Cita a existência de 1500 pistas de pousos em São Paulo, com 118 aeroportos pavimentados e menos de dez utilizados. Lista as cidades que seriam beneficiadas com esta expansão. Exibe apresentação sobre o assunto. Relata projeto de lei, de sua autoria, para ampliar este benefício para todo o segmento. Esclarece que a ampliação para 21 aeroportos seria realizada por meio de parceria público-privada, atraindo novos voos.</p> <p>3 - PAULO LULA FIORILO</p> <p>Informa o recebimento, por esta Casa, do Plano Plurianual para o estado de São Paulo. Considera que o governador João Doria desprezou as preocupações com a geração de emprego e renda. Pede que este debate seja realizado pelos deputados desta Casa. Lamenta que o Governo do Estado não tenha cumprido ainda as promessas de melhoria dos salários dos funcionários públicos. Discorre sobre a aprovação, ontem, da extinção da Dersa. Crítica os deputados que votaram pela aprovação do projeto, sem defender a instalação da CPI da Dersa. Ressalta a necessidade de investigar a corrupção do PSDB. Lembra que a extinção da Dersa promoverá a demissão de mais de 300 funcionários. Afirma que continuará pedindo a instalação da CPI da Dersa.</p> <p>4 - DR. JORGE LULA DO CARMO</p> <p>Discorre sobre a falta de investimento na Educação no estado de São Paulo. Faz comparação entre os salários de professores, participação no PIB nacional e renda per capita de São Paulo e o Maranhão. Afirma que o governador de São Paulo não tem a Educação como prioridade, diferentemente do que ocorre no Maranhão, que vê este investimento como uma forma de melhorar a vida do povo. Informa que os números apresentados são dados oficiais. Parabeniza o governador do Maranhão e o PCdoB pelo compromisso com a Educação naquele estado. Pede que o governador João Doria invista mais na Educação.</p> <p>5 - LECI BRANDÃO</p> <p>Informa que setembro é o mês dedicado à prevenção do suicídio, que atinge hoje toda a sociedade. Cita números relacionados à juventude negra. Diz ser necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes para esta população. Destaca o trabalho realizado pelo Centro de Valorização da Vida, uma ONG de grande importância para a sociedade. Agradece, em nome do PCdoB, pelo governador do Maranhão, comprometido com a Educação. Lamenta as discussões, ontem nesta Casa, divergentes do que considera a obrigação dos deputados, de discutir projetos que melhorem a vida da população de São Paulo.</p> <p>6 - LECI BRANDÃO</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>7 - SARGENTO NERI</p> <p>Para comunicação, agradece todos os deputados da CCJ pela aprovação do PLC 23/19, relacionado com a graduação de subtenentes. Afirma que o projeto traz esperança para esta categoria, permitindo que a classe de praças cheguem a posição de major. Pede o apoio do deputado Coronel Telhada para que o projeto seja aprovado em outras comissões. Considera a aprovação como uma vitória da Polícia Militar. Diz ser importante trabalhar por resultado e não fazer política de palanque.</p> <p>8 - CORONEL TELHADA</p> <p>Lembra o aniversário de 18 anos do ataque ao World Trade Center, nos Estados Unidos. Lamenta que ainda aconteçam absurdos como este. Parabeniza as cidades de Marabá Paulista e Itapui pelos aniversários hoje. Menciona notícia, do jornal "O Estado de S. Paulo" de iraniana que ateou fogo no próprio corpo, após ser negada a sua entrada no estádio de futebol. Pede que sejam discutidos nesta Casa apenas projetos de deputados e do Governo. Cita projeto, de sua autoria, de remanejamento de vagas para o posto de subtenente, apresentando aos mesmos opções para que sejam promovidos. Comenta a queda de homicídios em São Paulo e o aumento da letalidade da polícia. Esclarece que a redução dos homicídios se deve pelo enfrentamento do crime pela polícia. Pede ao governador que o receba para conversar sobre o reajuste para a categoria policial e a não quebra da paridade entre ativos e inativos.</p> <p>9 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Crítica a implantação do PEI – Programa de Ensino Integral, pelo governo estadual. Esclarece que a proposta, discutida por especialistas em audiência pública, está sendo rejeitada pela categoria. Afirma que o mesmo apresenta grandes contradições, sendo considerado um projeto político, partidário e não educacional. Lê trechos de documento apresentado pela Udemo, Sindicato de</p>

Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, sobre o assunto. Ressalta que os professores se declaram contra o projeto estão sendo perseguidos pela Secretaria da Educação. Pede providências do governador e da Secretaria da Educação.

10 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

11 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Informa a alteração da finalidade da sessão solene, a ser realizada no dia 04/10, às 10 horas para "Homenagem às ONGs e Personalidades de Proteção Animal que se destacaram durante o ano de 2019", a pedido do deputado Bruno Ganem.

12 - CONTE LOPES

Discorre sobre o problema salarial das polícias. Esclarece que cobrárá do governador o melhor salário do Brasil para as polícias de São Paulo. Afirma que o projeto ainda não foi enviado para esta Casa. Defende que os inativos devem receber da mesma maneira que os ativos. Defende que cada deputado deve agir de sua forma, defendendo aquilo que acredita.

13 - VINÍCIUS CAMARINHA

Enaltece o trabalho do Parlamento de São Paulo. Menciona a aprovação de seis bons projetos ontem, atendendo as expectativas do povo paulista. Lembra que o papel desta Casa é transformar as necessidades do povo em lei. Informa que serão lançados em Marília programas na região oeste para enfrentar a crise econômica. Cita programas para a qualificação de mão de obra e financiamento para pequenos e médios empreendedores. Cita a realização de reunião, na Faculdade de Medicina e Enfermagem de Marília, para atender a agenda de pleitos dos mais de dois mil funcionários da instituição. Lembra que a faculdade proporciona ensino gratuito, sendo reconhecida nacionalmente, entre as cinco melhores do Brasil. Menciona a parceria da faculdade com o Hospital das Clínicas, atendendo 62 municípios da região.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - ADALBERTO FREITAS

Pelo art. 82, comemora a aprovação do PL 727/19, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Dersa. Lê estatísticas referentes à empresa. Parabeniza o governador João Doria por medidas no âmbito da Segurança Pública. Explica os posicionamentos do PSL com relação a projetos do Governo. Relata visita que fez a autoridades estaduais.

15 - TEONILIO BARBA LULA

Lamenta a aprovação do PL 727/19. Dá conhecimento dos votos de todas as bancadas com relação à matéria. Afirma que passará a divulgar o posicionamento de todos os deputados que apoiarem projetos do Poder Executivo. Questiona as razões que levaram o governo estadual a propor a extinção da Dersa. Lembra que existem denúncias de corrupção envolvendo os contratos da empresa. Combate as privatizações propostas pelo governo Doria. Crítica parlamentares que se opuseram à concessão de reajuste aos servidores desta Casa.

16 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita o levantamento dos trabalhos, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão do dia 12/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do Expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, temos aqui duas Indicações: uma, do nobre deputado Cezar, para que seja determinado aos órgãos competentes a elaboração de estudos e a adoção de providências visando a instalação de um equipamento do Programa Bom Prato na zona norte da cidade de Osasco.

A outra Indicação é desta deputada, pedindo indicação para recursos para a Associação Acontecer Tecendo Vidas, no valor de 120 mil reais, para aquisição de um veículo.

Está lida a resenha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada.

Antes de iniciarmos, eu quero aqui cumprimentar a deputada Leci Brandão, especialmente porque amanhã vai fazer aniversário, 26 anos. E, ela não vai poder estar presente, porque ela vai estar no Rio de Janeiro fazendo uma homenagem à falecida mãe dela.

Então, dona Leci, adiantando aqui meus parabéns, em nome de todos os deputados, Deus abençoe, muita saúde. Aproveitando, também saudar o nosso amigo deputado, Delegado Olim, que aniversaria na data de hoje.

Eu, antes de iniciar o Pequeno Expediente, quero dar ciência à Casa: estamos recebendo algumas visitas. Deixe-me primeiro aqui citar nosso amigo prefeito de Torrinha, Ronaldo Gasparelo. Cadê, Gasparelo? Ronaldo, obrigado pela visita, é um prazer recebê-lo aqui. Além dele estão os vereadores do município de Torrinha. Cadê os vereadores? Muito obrigado. Também os vereadores jovens do município de Torrinha. Sejam bem-vindos, jovens. É um prazer aqui... Ronaldo, obrigado pela visita. Parabéns pela missão que você tem executado lá em Torrinha, e conte conosco aqui, viu? Deus o abençoe.

Aqui, a nossa esquerda, nós estamos recebendo também alguns amigos. Quem trouxe o pessoal de Torrinha foi o deputado Fernando Cury, nosso amigo. E aqui também, sendo acompanhados pelo nosso amigo, deputado Carlos Cezar, que está ali presente no meio da turma, nós temos aí o pastor Walter, da Igreja Quadrangular, da cidade de Tupã. Quem é o pastor Walter? Obrigado, pastor; o vereador presidente da Câmara Municipal de Tupã, pastor Eliézer de Carvalho, nome de cantor, hein? Nome de cantor. Maestro Eliézer de Carvalho, eu estava lembrando que era música; também o presidente da Câmara de Parapuã, que é o pastor Edson Rodrigues. Muito obrigado, presidente; também o vereador Jurandir Coelho, da cidade de Bastos. Obrigado, Jurandir, e mais os assessores. Obrigado a todos pela presença, é um prazer recebê-los.

Solicito aos deputados, tanto ao pessoal de Torrinha como aos das demais cidades, uma salva de palmas. (Palmas.) Sejam bem-vindos aqui na Assembleia Legislativa. Contem com esses deputados que foram eleitos para trabalhar pelos nossos municípios e pelos cidadãos do estado de São Paulo.

Vamos iniciar o Pequeno Expediente. Nós temos uma lista com 43 deputados inscritos, sendo o primeiro deputado o capitão Castello Branco. Fará uso da palavra? Portanto, V. Exa. tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, audiência, telespectadores Televisão Alesp, boa tarde.

Abriendo o Pequeno Expediente de hoje vamos falar sobre aviação, aeroportos. Temos nos destacado nesta Casa por defender esse setor estratégico. E a questão de hoje é uma reportagem que saiu hoje no “Estadão” e que diz respeito à

ampliação do sistema aeroviário no estado de São Paulo, principalmente para aviões de até 19 passageiros.

Nós fizemos um longo estudo no primeiro semestre, comprovando que a renúncia fiscal, a redução de tributos do ICMS causa aumento de arrecadação, ao contrário do que normalmente se pensa. Você reduz a carga tributária de alguns setores e você aumenta a arrecadação de tributos. Por quê? Porque você gera mais empregos, você gera mais renda, você aquece a economia e você produz mais, e aquela diferença gera mais imposto. Uma prova disso é agora a expansão do sistema aeroviário paulista. No acordo que foi feito para a redução de ICMS de 25 para 12%, o estado de São Paulo - pasmem os senhores - tem 1.500 aeródromos, 1.500 pistas de pouso.

- São projetadas imagens.

Trinta por cento das pistas do Brasil inteiro estão aqui, mas só temos 118 aeroportos pavimentados ou em condições. Desse 118 aeroportos, nós utilizamos, atualmente, menos de 10. A perspectiva agora é aumentar para sete. Os sete principais: Araçatuba, Votuporanga, Barretos, Franca, Araraquara, São Carlos e o binômio Santos/Guarujá, mas aumentar de sete para 21, ou seja, seriam contempladas Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, o binômio Avaré/Arandu, Barretos, Bauru, Arealva, Dracena, Franca, Marília, Penápolis, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Registro, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto, São Manuel, Sorocaba, Tupã e Votuporanga, 21 cidades.

Com isso, nós atingiríamos, pelo menos, as macrorregiões. Aqui nós temos um exemplo dos nossos aeroportos atualmente em utilização, mas o que importa aqui é a capacidade ociosa do Estado em crescer.

Próximo: ou seja, a redução foi saudável, e nós estamos entrando com um projeto de lei agora, deputada Leci Brandão, deputado Coronel Telhada, nobre deputado do Carmo, no sentido de ampliar esse benefício. Por quê? Porque a atual legislação, embora a gente veja aqui os resultados positivos, ela atendeu cinco por cento do segmento e uma renúncia fiscal de 95 por cento. Ficaram de fora 95% do segmento e uma renúncia fiscal de cinco por cento. Deu para entender? Ou seja, o grande beneficiário dessa equação ainda não está contemplado.

Aqui, por exemplo, são obras do departamento aeroviário de São Paulo, que está atendendo, a seguir o modelo americano. Vamos ver uma foto daqui a pouco.

Aqui está o modelo americano. Olha a quantidade de aeroportos, aeródromos, que existem nos Estados Unidos, operantes. É impressionante. Temos uma quantidade mil vezes menor, sendo que temos um país praticamente do mesmo tamanho e sendo que ali está contemplado o Alasca, mas não está o Havaí. Pode ir.

São esses os aviões que pretendem expandir a malha. E é possível, porque temos 15 mil aviões ainda parados no estado de São Paulo esperando para voar.

Existe uma lacuna grande entre a atividade econômica relevante e os portos. Um caso típico é Santos, um aeroporto que poderia ter sua capacidade expandida.

Ou seja, o que se está propondo é a ampliação para 21 aeroportos, por meio de parceria público-privada e uma mudança no modelo de gestão, atraindo, assim, novos voos.

É a Daesp que está procurando fazer esse estudo. Inclusive, o nosso querido e eterno brigadeiro Ozires Silva, fundador da Embraer, tem um estudo muito interessante sobre isso, muito sério e futurista, porque a aviação não é mais uma atividade elitista, ela não pode mais ser uma atividade para poucos. Ela tem que ser uma atividade de acesso popular. E já é. Poderia ser muito mais, se déssemos condições para o setor crescer.

Muito bem. Vou terminar minha fala anunciando que estão sendo realizados estudos, agora, e conto com apoio desta Casa, no sentido de a gente expandir essa redução do ICMS para todo o segmento de aviação, procurando, assim, aquecer essa economia que diz respeito diretamente à aviação, procurando, assim, gerar mais empregos e mais renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o Sr. Deputado Paulo Lula Fiorilo, que acaba de ingressar neste momento no plenário e já fará uso da palavra. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, vou aproveitar o Pequeno Expediente para retomar aqui duas discussões.

Uma é sobre o Orçamento. A Assembleia já recebeu o PPA, que é o Plano Plurianual, e infelizmente o governador despreza, em especial, as preocupações com a geração de emprego e renda, o que é muito ruim, principalmente em um momento em que vivemos uma crise que ainda não passou. E pior: tem economista dizendo que ela será pior do que a de 2008.

Então, eu já tinha dito aqui, disse ontem e quero reafirmar, que esta Assembleia tem a possibilidade de fazer esse debate, de trazer para cá a discussão de geração de empregos. E é fundamental que cada deputado possa participar desse debate, sugerir, em especial no PPA, que vai pensar o governo nos próximos quatro anos.

A outra questão diz respeito à gestão do Estado no que tange os funcionários públicos. É impressionante como o governador, que fez promessas de melhorar o salário dos servidores, ainda não as cumpriu, principalmente na Segurança Pública, mas na Educação, na Saúde, no geral. O que o governador tem feito é extinguir empresas, fundir. É a história do Estado mínimo. Estado mínimo e o máximo para os empresários.

Ontem, esta Assembleia votou e aprovou a extinção da Dersa.

A bancada do PT e outros deputados do PSOL, do PCdoB e de alguns outros partidos têm defendido a instalação de uma CPI aqui nesta Casa, e é impressionante, porque mais gente defende CPI e poderia ter aproveitado o debate de ontem pra dizer: “Se não aprovar a CPI, nós não daremos votos ao projeto de extinção da Dersa”. Mas não, os deputados votaram, em especial os deputados do PSL, que desde o início aqui disseram que eram favoráveis à CPI da Dersa.

Aliás, dizem também agora que são favoráveis, mas perdem uma oportunidade única de pressionar o governador se não tivéssemos aprovado ontem o projeto da Dersa.

Talvez tenhamos feito isso porque ainda somos deputados jovens, iniciantes, imberbes, que ainda não percebemos que a pressão está na hora do voto, não na hora do discurso, porque o discurso fácil todo mundo faz. Falar que é a favor de CPI, que quer apurar, que quer investigar, todo mundo faz; agora, na hora de apertar o botão, de declarar o voto no microfone, deputado Jorge do Carmo, alguns vão buscar a retórica para poder justificar o seu voto a favor do governo.

Então eu queria dizer o seguinte: daqui para frente, ou as pessoas, os parlamentares, os deputados e deputadas assumem a sua responsabilidade de cobrar de ter CPI, pressionando no voto, ou nós vamos ficar desmoralizados. Ou pior, eles, porque nós vamos continuar coerentes com a nossa posição, que era e continua sendo ter uma CPI aprovada nesta Casa para investigar o roubo, a corrupção do PSDB. É isso, agora, quem não quer enxergar, quem quer encobrir o sol com a peneira, pode fazer do jeito que quiser.

Quem quiser usar os discursos bonitos para poder justificar o voto da Dersa ontem pode fazer, que vai levar à demissão de mais de 300 funcionários sem a discussão do patrimônio da Dersa, da dívida da Dersa, de tudo que diz respeito à Dersa. Esse é o governo do PSDB, esse é o governo que nós deveríamos ter colocado em cheque ontem e dizer: “Querem aprovar a extinção, aprovem a CPI e nós daremos os nossos votos”. O PT não, o PSOL não, o PCdoB não, mas o PSL e aqueles outros que defendem a investigação contra a corrupção, a apuração dos fatos.

Parece que a apuração dos fatos só vale quando não é o PSDB, mas tudo bem. É assim que funciona, deputado Jorge do Carmo, mas nós não vamos desistir, porque nós vamos continuar coerentes com as nossas posições e vamos pedir e vamos continuar exigindo que se instale a sexta CPI, para que a gente investigue. Eu disse ontem, vou repetir e termino o meu discurso: se não aprovarem agora, nas próximas cinco, terão que aprovar no próximo ano, porque é a sexta, e aí quem sabe não é pior a gente ter uma CPI próxima do processo eleitoral, em que muita gente vai ter que se explicar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado Paulo Fiorilo. Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, assessores presentes, hoje eu venho a esta tribuna para falar sobre um assunto que inquieta a nós, deputados, e tenho certeza de que inquieta a categoria de profissionais. Trata-se da falta de investimento, deputada Leci Brandão, de quem eu tenho prazer de ser colega aqui nesta Casa, na Educação, e melhor, ou, melhor dizendo, pior, da falta de investimento para os professores.

Vamos fazer uma comparação que vem à tona exatamente para a gente perceber o quanto a falta de vontade política e o desprezo para com os professores, de quem eu tive muitos votos... Muitos professores me apoiaram, e eu tenho obrigação de defendê-los aqui nesta tribuna. Trata-se da comparação, Sr. Presidente, de estados, estado rico e estado pobre, pobre no sentido per capita.

Eu estou falando, deputada Leci Brandão, exatamente do estado do Maranhão, que é governado pelo nosso querido governador Flávio Dino. Se nós compararmos o salário do professor de São Paulo, do estado mais rico da Federação, a locomotiva, como a gente costuma falar, compararmos o salário do professor de São Paulo com o professor do Maranhão, é vergonhoso para São Paulo.

Vejamos: o estado mais rico da Federação tem o salário do professor, cujo piso básico é de 2.585, enquanto que, no estado do Maranhão, o estado mais pobre do ponto de vista per capita, e vou falar dos números, o salário de um professor - de um governador do PCdoB, que tem compromisso com a Educação - é 5.751.

Vejamos só: será que o estado do Maranhão tem mais dinheiro do que São Paulo? Não, evidente que não. Por que não? Porque nós estamos falando de um estado que é São Paulo, PIB per capita 57, primeira posição entre os 27 estados da Federação. É o primeiro da lista, enquanto que o Maranhão é o 27º, ou seja, dos 27 estados, o Maranhão está em último lugar em renda per capita.

Se nós falarmos de participação do estado no PIB nacional, estado de São Paulo: 32,8%; estado do Maranhão: 1,1%. Se nós formos em renda per capita nominal, estado de São Paulo: 1.373 por pessoa; estado do Maranhão: 605. Por que é possível isso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas?

Porque o governador do estado de São Paulo não tem, dentre as suas prioridades, a Educação. Para ele, tanto faz se o professor ganha pouco ou se está em condições ruins de trabalho, se não tem as condições, se as escolas estão sucateadas, se o salário dele está arrojado, no sentido de pouco, no sentido de cada vez mais não ter as condições mínimas para lecionar e educar os nossos filhos e os filhos dos cidadãos brasileiros.

Por que não é possível isso? Por que é possível no estado do Maranhão? Porque lá tem um governador que vê a Educação como prioridade, que vê a Educação como a forma de melhorar a vida do povo do Estado brasileiro. Então, nós estamos falando, Sr. Presidente, de comparações de números. Não fui eu que criei esses números; esses números são da “Gazeta do Povo”.

São dados oficiais, em que a gente vê o estado de São Paulo, que é governado por um governo do PSDB há tantos anos, há quase 30 anos, e vemos um professor com um piso salarial de 2.500 reais, na locomotiva do Brasil, enquanto que, no Maranhão, a gente vê um governador com compromisso com a Educação, com investimento. Mesmo com a PEC 95, mesmo com a falta de investimento na Educação do governo federal, que também não tem nenhum compromisso com a Educação, o governador do estado do Maranhão consegue pagar e valorizar o profissional, o professor, porque ele vê que a Educação é, de fato, a solução para o nosso Brasil.

Então, quero parabenizar o governador Flávio Dino, do Maranhão. Quero parabenizar o PCdoB por ter compromisso com a Educação lá naquele estado. Quero, infelizmente, dizer: Sr. Governador João Doria, deixe de vender as empresas, pare de vender o nosso estado, e vamos investir na Educação, vamos pegar os recursos que nós precisamos para investir, cada vez mais, nos profissionais da Educação. Por isso, eu não poderia deixar de vir aqui e denunciar esse descaso com a educação pública de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado inscrito é o deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Wellington Moura. (Pausa.) Deputado Cezar. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exmo. Sr. Presidente Coronel Telhada, deputado Jorge do Carmo, deputado Adalberto, quero cumprimentar - eu acho que já se ausentaram - o pessoal de Torrinha, que estava aí trazido pelo nobre deputado Fernando Cury, e também cumprimentar o deputado Carlos Cezar, que esteve ainda aqui há pouco trazendo vereadores de outras cidades: Tupã, Parapanuã, enfim.

Assessores desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV, Sr. Presidente, infelizmente, a gente tem que trazer mais uma vez uma pauta aqui, um assunto, que não é dos mais agradáveis, evidentemente, que a gente inicia este mês de setembro com a campanha da conscientização sobre a prevenção do suicídio, que é o Setembro Amarelo. Tem muita gente falando sobre isso: Setembro Amarelo.

Não estão dando muita importância porque essas coisas assim são ligadas à pessa humana; ninguém quer saber muito. A pessoa quer saber mais de confusão. Bate-boca aqui nesta Casa todo dia tem. Apesar de ser um problema que pode atingir pessoas de todas as idades, os dados da Organização Mundial de Saúde mostram que o suicídio é a segunda principal causa da morte entre jovens com idade de 15 e 29 anos. Isso é muito grave.

O problema atinge toda a sociedade, mas em nosso País ele também tem aquela marca horrorosa, ele tem a marca do racismo. A cada dez jovens de 10 a 29 anos que cometem suicídio, seis são autodeclarados negros. O levantamento do Ministério da Saúde revela a necessidade de políticas públicas que sejam mais eficientes para a população negra.

Segundo o ministério, entre 2012 e 2016, o número de casos com pessoas brancas permaneceu estável, enquanto das pessoas negras aumentou 12 por cento. Nós sabemos que o racismo é um fator também de adocimento de negras, de negros, enfim, pois tem sido determinante para que a maior taxa de desemprego seja entre os negros; para que eles recebam os salários mais baixos; sejam a maioria entre os analfabetos.

Só para completar esse cenário, hoje foi divulgado na imprensa um levantamento que aponta que quatro em cada dez jovens negros não terminaram o Ensino Médio. Os nossos jovens estão sem perspectiva e todos esses fatores estão levando para o adocimento. É uma questão de Saúde Pública que deve ser encarada com urgência, que tem que ser encarada com seriedade.